

Resistência e identidade: por que elas preferem ser chamadas de travestis

(Universa | 05/04/2021 | Por Mariana Gonzalez)

“Quando uma travesti é assassinada, agredida ou sai no noticiário policial acusada de roubo, por exemplo, é sempre travesti. Quando está fora de um contexto violento, seja atuando numa novela ou em cima de um palco — ou, ainda mais raro, em um cargo alto numa empresa — é chamada de mulher trans.”

Quem diz isso é Lázara dos Anjos, professora de vogue ou voguing, um estilo de dança baseado nas poses de modelos, de Belo Horizonte (MG). Ela se apresenta como travesti e diz que prefere usar este termo por motivos políticos, para afirmar sua identidade.

Lázara não está sozinha: assim como ela, quem também faz questão de usar o termo travesti é a vereadora Érika Hilton (PSOL-SP), a mais votada do Brasil nas últimas eleições e primeira mulher trans eleita para a Câmara de São Paulo.

A **Universa**, ela explica a escolha pelo termo:

Ao me apresentar como travesti, especialmente no Parlamento, quero demarcar a luta histórica que as travestis travaram durante muito tempo. A palavra traz consigo resistência, luta e ação, é um marcador social da nossa trajetória”.

“A diferença está em como os outros nos enxergam”

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

‘É preciso romper com a transfobia estrutural no serviço público’

(Nexo | 14/03/2021 | Por Clara Becker)

Em 2017, a professora da UFPR (Universidade Federal do Paraná) Megg Rayara Oliveira foi a primeira travesti negra a obter o grau de doutora em educação no Brasil. Sua conquista desafia as estatísticas da sua condição de negra e transexual no país. Estudantes transexuais representam só 0,1% do total dos alunos de universidades federais, segundo levantamento realizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. O Brasil [lidera o ranking de assassinatos](#) de pessoas trans, cuja [expectativa de vida é de 35 anos](#). A violência contra pessoas negras também é alarmante: [a cada 23 minutos](#) um jovem negro é morto no Brasil, de acordo com dados do Mapa da Violência.

Não à toa, durante as aulas remotas da pandemia, não eram poucos os familiares dos alunos de Oliveira que apareciam na tela do computador com ar de incredulidade para vê-la. Eles queriam ter certeza que existe uma travesti, negra e doutora lecionando em uma das maiores universidades do país.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

Uma pessoa trans é morta a cada 48 horas no Brasil

Em 2017, foram 185 mortos, maior número já registrado por observatório de violência trans. No mês da Dia da Visibilidade Trans, Ponte publica série especial

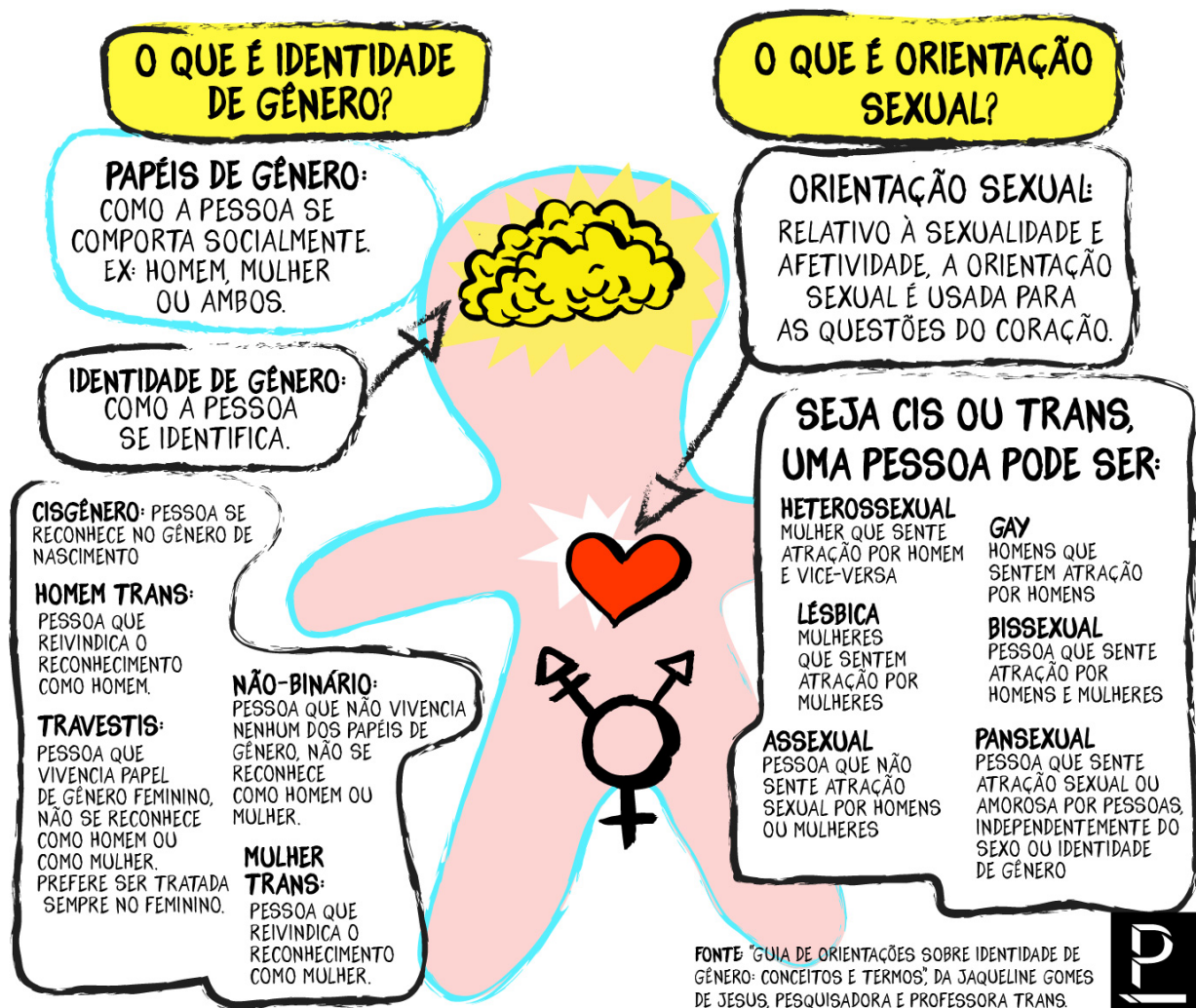
[\(Ponte, 22/01/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Em 2016, o Brasil havia assumido o posto de recordista em números absolutos de homicídios da população trans, com 144 mortes, sendo São Paulo o estado com o maior número reportado de homicídios. Com os dados fechados, 2017 superou o ano anterior: 185 assassinatos.

Os dados são do [Dossiê: A carne mais barata do mercado](#), lançado no início deste ano, com dados do [Observatório da Violência](#) mantido pelo site [Observatório Trans](#).

O site mantém a seção com dados atualizados em tempo real das mortes em 2018, baseados em informações de sites de notícias e redes sociais. Até 17 de janeiro, foram 4 assassinatos.

Tanto o dossiê como o Observatório da Violência são elaborado por Sayonara Naidier Bonfim Nogueira, professora da Universidade Federal de Uberlândia, especialista em coordenação pedagógica, e Euclides Afonso Cabral, professor da Universidade Federal de Uberlândia, especialista em educação para jovens e adultos, em janeiro de 2018, que são integrantes do Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), formado por professores travestis e transexuais.



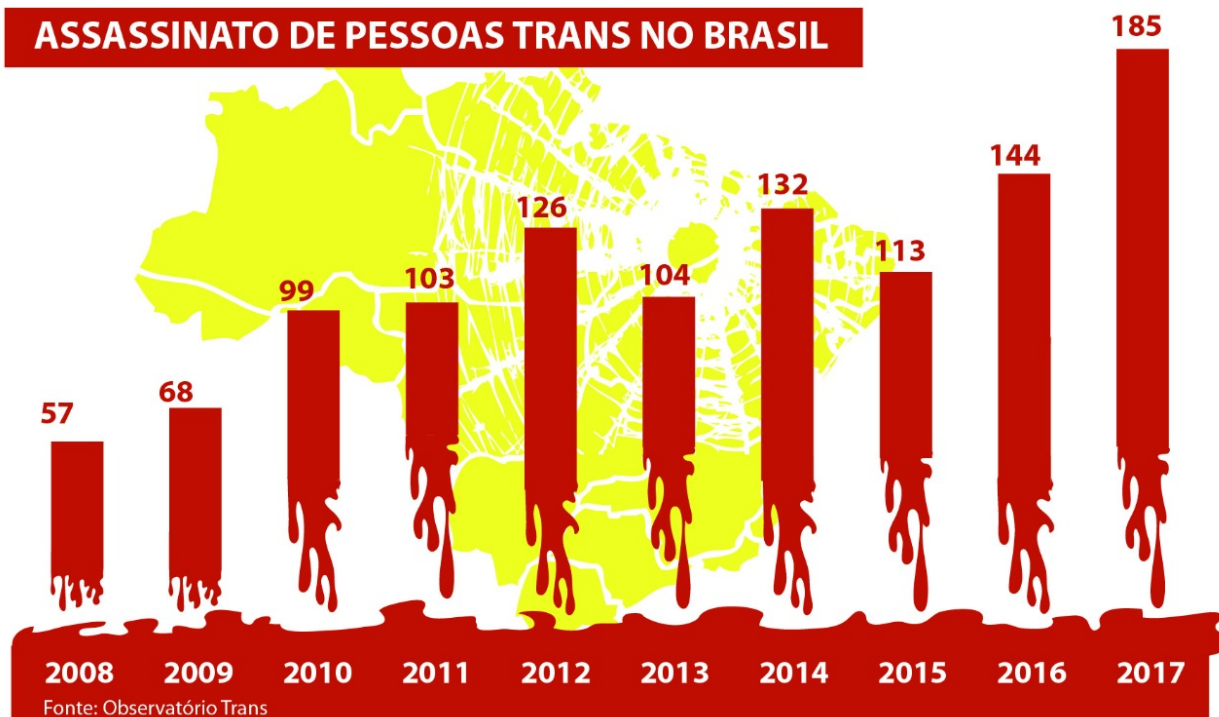
No mês em que se comemora o Dia Nacional da Visibilidade Trans, em 29 de janeiro, a Ponte publica, a partir de hoje, uma série de reportagens sobre o tema, incluindo sete perfis de pessoas trans originalmente produzidos para o meu livro **TRANSRESISTÊNCIA**, escrito no ano passado como trabalho de conclusão do curso de jornalismo do Fiam-Faam Centro Universitário.

Brutalidade

A transfobia, preconceito baseado na identidade de gênero, permeia a motivação principal destes crimes brutais: 95 das mortes foram por tiro, 32 por facadas e 20 por espancamento. O perfil das vítimas é bem parecido: 95% das vítimas fatais eram mulheres trans ou travestis, 42% eram negras e 120 eram profissionais do sexo.

Em 2008, quando as mortes começaram a ser registradas, o número de assassinatos foi contabilizado em 57 homicídios.

ASSASSINATO DE PESSOAS TRANS NO BRASIL



Campeão de mortes em números absolutos, o Brasil ocupa o terceiro lugar do mundo quando se leva em conta o número de pessoas trans assassinadas a cada 100 mil habitantes, segundo o Dossiê do IBTE. Em números relativos, o campeão mundial é Honduras, seguido por El Salvador e Brasil.

A profissão das transgêneras assassinadas demonstra uma realidade de toda a população T, que precisa recorrer a trabalhos informais para sobreviver. De acordo com a Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 90% da população trans está na prostituição.

A região Nordeste é a líder nos assassinatos, concentrando 39% dos casos. Depois vem o Sudeste, com 33%. Os estados que mais tiveram assassinatos da população trans no ano passado foram: São Paulo (21), Minas Gerais (20), Bahia (17), Ceará (16), Rio de Janeiro (14), Pernambuco (13) e Paraíba (11). Todos os estados brasileiros contam com ao menos uma morte, como é o caso de Acre, Roraima, Amapá e Rio Grande do Norte.

Paloma Vasconcelos

Superlativa, por Flávia Oliveira

Rogéria, autodenominada 'travesti da família brasileira', fez crer que país sem LGBTfobia é possível

[\(O Globo, 07/09/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Estrelíssima foi o adjetivo que Rogéria escolheu para se apresentar numa rede social. Não exagerou. A mulher que habitava o corpo de Astolfo Barrozo Pinto brilhava. No superlativo. Foi maquiadora e atriz e cantora e dançarina. Tinha múltiplos talentos, portanto. E o dom de encarnar o sonho de uma nação livre dos crimes de ódio contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros. Num país que mata uma pessoa LGBT a cada 25 horas, é ato de bravura se autodeclarar “a travesti da família brasileira”. Rogéria jamais se escondeu. Viveu, foi acolhida e morreu sendo o que era. Deixa de herança a verdade.

Leandra Leal, atriz e diretora de “Divinas divas” — documentário sobre os 50 anos de carreira da primeira geração de artistas travestis do país, Rogéria entre elas — lembrou, na despedida, de uma frase da homenageada: “Eu não tenho bandeira, eu sou a bandeira, ela dizia. E era mesmo, porque sua presença significava muito”. No roteiro de debates em torno do filme, Leandra ouviu de mães brasileiras que a existência de Rogéria as ajudara a compreender — e aceitar — a orientação sexual ou a identidade de gênero dos filhos. “Elas viam a artista, a cidadã, a filha, a irmã e enxergavam a dignidade de seus familiares”, resumiu.

Mundo afora, a população LGBT está entre os grupos que mais sofrem violações de direitos humanos. Há países que autorizam a discriminação por meio de leis. No Brasil, episódios de preconceito e violência se acumulam no século XXI, evidência de uma sociedade que parece retornar ao passado, enquanto o tempo caminha para o futuro. O Grupo Gay da Bahia contabilizou no ano passado 343 homicídios, recorde em quase quatro décadas de mapeamento. O país, segundo a ONG, ocupa o topo do ranking dos crimes contra minorias sexuais. Em 2017, até o início de maio, foram 117 assassinatos.

Em 2016, o Disque 100, serviço do Ministério dos Direitos Humanos, registrou 1.876 ocorrências contra LGBTs: de discriminação a negligência, de tortura a estupro, de violência psicológica e institucional a agressão física. São cinco denúncias por dia, que fazem dos LGTBs o quarto grupo populacional mais exposto a abusos. À frente estão crianças e adolescentes (76.171 ligações), idosos (32.632) e pessoas com deficiência (9.011). A violência contra mulheres é denunciada em outro canal, o Disque 180.

O Brasil ainda deve a gays, lésbicas, bissexuais e trans uma legislação que criminalize a violência de que são vítimas, nos moldes do que já existe para combater agressões domésticas (Lei Maria da Penha, 11.340/2006) e feminicídio (Lei 13.104/2015). Políticas públicas de atenção à saúde, acesso à educação e ao mercado de trabalho são igualmente necessárias para que a igualdade prevista na Constituição Federal se estabeleça.

Do ponto de vista simbólico, o pesar coletivo com a morte de Rogéria alimenta a esperança de um Brasil respeitoso e fraterno. Pelo Teatro João Caetano, onde a artista foi velada antes do sepultamento na cidade natal, Cantagalo (RJ), além de celebridades como Gloria Pires, Isadora Ribeiro, Jorge Omar Iglesias (a *drag queen* Isabelita dos Patins) e Jane di Castro, passaram anônimos de todas as idades, gênero e cor de pele.

Visivelmente emocionado, estava Bruno Ferreira Oliveira, que ganha a vida como estátua viva no Largo da Carioca. Ele foi se despedir em agradecimento ao dia em que Rogéria, de passagem pelo Centro do Rio, enxergou sua arte e depositou uma nota de R\$ 20 na caixinha de contribuições. “Ela me viu e ajudou. Eu nunca esqueci. Por isso, vim”, disse o jovem, que homenageou Rogéria pela humanidade que ela, não só exibia, como jamais deixou de enxergar nos outros. Que esteja em paz.

Transexuais no Brasil: uma luta por identidade

Os desafios que travestis e transexuais enfrentam por viverem no Brasil, um dos países mais intolerantes do mundo

[\(Correio Braziliense, 20/04/2017 - acesse no original\)](#)

O jornal 'Correio Braziliense' desenvolveu uma série de reportagens que mostra como ser transgênero é especialmente difícil no Brasil, o país que, em números absolutos, mais registra assassinatos de travestis e transexuais, segundo levantamento feito pela ONG Transgender Europe.

Após se perceberem de um gênero diferente do que lhes foi atribuído no nascimento, essas pessoas passam a enfrentar uma verdadeira luta para viverem sua identidade. Além do risco constante de serem vítimas de violência, elas não contam com uma legislação que as proteja, são excluídas do mercado de trabalho, têm enorme dificuldade para acessar serviços de saúde, são hostilizadas e violentadas nas escolas e sofrem, frequentemente, com a incompreensão e a rejeição familiar.

Tal quadro faz com que essa parcela da sociedade morra muito, muito cedo. Dados da União Nacional LGBT apontam que o tempo médio de vida de uma pessoa trans no Brasil é de apenas 35 anos, enquanto a expectativa de vida da população em geral é de 75,5 anos, de acordo com informações divulgadas em dezembro de 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

PARTE 1 - Violência e exclusão do mercado de trabalho

[Rotina de exclusão e violência](#)

[Não há vagas... para trans](#)

[Improvável final feliz, a trajetória de uma transexual brasileira](#)

[Transexual, travesti, drag queen, crossdresser... afinal, qual é a diferença?](#)

PARTE 2 - Falta de acesso à educação, à saúde e a direitos básicos

[Expulsos da escola](#)

[A saúde negada](#)

[Transições documentadas](#)

[O direito a ter direitos](#)

Parte 3 - Incompreensão e rejeição familiar

[Em vez de acolhimento, rejeição](#)

[Tira-dúvidas](#)

Travesti conquista doutorado com tese sobre racismo e homofobia

Pela primeira vez, na quinta (30), uma travesti negra obteve o grau de doutora em educação na UFPR, em que estudou como professores negros homossexuais superaram situações de homofobia e racismo. Na banca, Megg de Oliveira usou vestido com nomes de travestis mortas. Professora substituta na UFPR, ela diz ainda enfrentar preconceito e pretende lutar pela inserção de travestis no ensino superior.

[*\(Folha de S.Paulo, 01/04/2017 - acesse no site de origem\)*](#)

O lugar de existência das travestis, para a sociedade, é na rua e na prostituição. Se eu parar dois minutos para esperar o ônibus, já acham que estou marcando ponto. A nossa presença, fora da prostituição, não é naturalizada. Por causa disso, eu encenei por muito tempo uma existência

masculina que não era minha, para poder sobreviver. Foi um processo de resistência.

Nasci em Cianorte, no Paraná, já tem mais de 40 anos. A idade exata é segredo de Estado! Meus pais vieram de Minas Gerais, da roça mesmo, atraídos pela promessa do café. Éramos em sete irmãos. A partir dos sete anos, todo mundo tinha que trabalhar. A escola era algo secundário.

Desde muito cedo, minha identidade de gênero já era muito clara. O meu sonho era ter cabelo comprido. Amarrava a toalha de banho na cabeça e fazia um coque, como a minha mãe. Em casa, só me chamavam de Kim, que era uma abreviação do meu nome. Meus irmãos respeitavam, não me expunham. Eram muito solidários. Tinha um esconderijo no fundo do quintal, onde colocava minhas bonecas, roupinhas, bijuterias.

Foi na escola que começou a marcação cerrada. A fila dos meninos, o banheiro dos meninos. Eu não respondia chamada de jeito nenhum, porque não me reconhecia naquele nome. Comecei a sofrer assédio moral, ameaça de violência. E a me retrair.

Eu tinha uma existência muito solitária e desenhava muito. O desenho surgiu como uma forma de me comunicar com as pessoas. Naquela época, eu nem sabia o que era universidade. Na minha casa, não tinha nem livro.

Com 20 anos, me mudei para Curitiba. Porque tinha que expressar minha identidade de gênero. Mas foi muito gradual. Quando ia para o trabalho, expressava uma identidade masculina. Mas, quando estava em casa, aí eu exercitava minha feminilidade.

Foi uma estratégia de sobrevivência, mesmo. Me reconhecia como travesti desde muito cedo, mas não queria a prostituição. Porque esse era o lugar da travesti, de muita violência e sofrimento. Existe até um processo de cafetinagem por trás disso tudo. Mas não queria nada disso para a minha vida. Então, fazia uma encenação pública, uma performance masculina.

UNIVERSIDADE

Naquela época, eu trabalhava numa agência de publicidade, na área de

criação, com desenho. E enfrentei muito preconceito, tanto por racismo quanto por homofobia.

Fui percebendo que, se não tivesse boa formação acadêmica, não ia ter lugar nenhum no mundo. A minha existência seria um fracasso absoluto. À medida que fui progredindo academicamente, fui me construindo como travesti e negra, expressando minha identidade. Aí tinha um repertório para me proteger.

A universidade foi um espaço emblemático, assim como os movimentos sociais. Eu me formei em desenho na Escola de Belas Artes do Paraná, fiz especialização em história da arte e história e cultura africana. Tentei o mestrado em educação na UFPR quatro vezes, até passar. Era aquela história: eu passava na prova escrita, o meu projeto era bem avaliado, mas não havia ninguém para me orientar. Era muito constrangedor.

Até que um professor [Paulo Vinicius Baptista da Silva] aceitou meu projeto e me tomou como orientanda. Aí minha carreira deslanchou. Dei aula, escrevi artigos, emendei o doutorado (sob orientação da professora Maria Rita de Assis César), me deram espaço para trabalhar.

Não que tenha sido fácil. Eu só sou uma doutoranda quando estou na UFPR. Quando eu coloco o pé fora dali, sou só uma travesti, que pode ser agredida, ofendida. Minha presença ainda não é naturalizada. Hoje, eu sou professora da UFPR. Mas o espaço que me sobra é no serviço público, porque a iniciativa privada não contrata.

A minha pesquisa de doutorado foi feita com quatro professores negros homossexuais, de ensino fundamental e médio, sobre a resistência de gays e negros na educação. São existências marcadas pelo enfrentamento.

Num primeiro momento, eles tentaram negar sua sexualidade. Depois, esses xingamentos de “viado”, “bicha preta”, foram ressignificados de forma positiva. “Sou viado, sou bicha preta, mesmo, e daí?” Isso desmonta seu agressor. Todos entendem que a vida acadêmica possibilitou esse empoderamento. E a presença deles na escola acaba sendo um modelo de existência para os estudantes.

A defesa da minha tese não é uma conquista individual. É coletiva. Do movimento negro e principalmente de travestis e transexuais. Porque, para nós, a saúde sempre foi o foco da militância, pelo acesso ao tratamento hormonal, à cirurgia de readequação genital. A educação passou a ser pleiteada há pouco tempo.

A gente quer ter voz, queremos ser tratadas como pessoas que pensam e produzem conhecimento. É uma possibilidade de mudar a postura dentro das escolas e tornar a existência dos LGBTs menos sofrida. A educação possibilita essa mudança.

Depoimento a

ESTELITA HASS CARAZZAI

DE CURITIBA

Dandara pedia por mim, diz mãe de travesti assassinada no Ceará

RESUMO Em 15 de fevereiro, a filha da aposentada Francisca Ferreira de Vasconcelos, 74, foi agredida e assassinada a tiros, em Fortaleza (CE). Nascida Antônio Cleilson Ferreira de Vasconcelos, 42, adotou o nome Dandara Kethlen. Quatro homens foram presos e outros quatro adolescentes, apreendidos, suspeitos de participarem da morte da travesti. Eles gravaram um vídeo com as agressões, que viralizou na internet.

[*\(Folha de S.Paulo, 26/03/2017 - acesse em pdf\)*](#)



Francisca Ferreira de Vasconcelos, 72, Aposentada, mãe de Dandara Kethlen, 42, travesti morta a tiros em 15 de fevereiro passado, na periferia de Fortaleza, segura foto de Dandara em sua casa, no Conjunto Ceará. Um

mês depois do crime, a família espera punição dos assassinos (Foto: Jarbas Oliveira/FolhaPress)

Está difícil viver nessa casa, pretendo vendê-la. Morava aqui [imóvel de seis cômodos no bairro Conjunto Ceará, na zona oeste de Fortaleza] com Cleilson, a Dandara, com mais uma filha e uma neta. Tudo me lembra ele.

Ainda estão aqui as roupas que meu filho vendia. Roupas usadas, que ganhava de amigos. Ele era muito querido.

Neste mais de um mês desde que ele morreu, já chorei muito, já fiquei com raiva, dei muitas entrevistas, já falei com o governador [Camilo Santana, do PT, que recebeu Francisca no Palácio da Abolição, no dia 10 de março], mas o que mais me deixa agoniada é que Cleilson me pediu para ter um animal de estimação, um gato, e não deixei. Isso me agonia agora.

As lembranças dessa casa são também de meu outro filho que morreu, o Alisson. Ele também era travesti, se chamava de Sheila. Ele morreu numa queda. Ele tinha convulsões, e em uma delas acabou caindo, batendo a cabeça e morrendo. Em maio agora faz dois anos.

NASCEU MULHER

O Cleilson, a Dandara, era extrovertido. Falava “que já havia nascido mulher”. Estudou só até a oitava série. Tinha uma veia de humorista. Pessoas vinham até em casa para ouvi-lo contar piadas. Eu sempre achei que ele seria humorista.

Uma vez perguntei por que havia escolhido Dandara, e ele disse que era um nome internacional. Era Dandara Kethlen. Não entendo até agora porque a imprensa escreve Dandara dos Santos, esse dos Santos nunca existiu.

Uma das minhas netas disse que é porque agora o Cleilson vai virar um santo. Nós, familiares, só o chamávamos de Cleilson. Os amigos o chamavam de Dandara.

O Alisson era mais fechado. Ele era sete anos mais novo que Cleilson, mas quando completou 25 decidiu ir para São Paulo. Disse que um amigo

arrumaria emprego. Lá colocou silicone, fui contra. Ele gastou R\$ 6.500, e tentou ir para a Espanha, dizia que trabalharia por lá.

Olha só o que falaram para o meu filho Alisson: que ele chegasse lá no aeroporto, em Barcelona, e falasse que passaria férias na Espanha, em um hotel cinco estrelas. Mas ele tinha R\$ 900 no bolso. Na entrevista no aeroporto viram o pouco dinheiro, não acreditaram na história, e o deportaram.

AIDS E PRECONCEITO

O Cleilson também morou em São Paulo e no Rio. Mas os dois acabaram voltando para casa, principalmente quando ficavam doentes. Eles tinham HIV. Eu gostava de tê-los aqui perto, nunca achei que algum mal aconteceria, apesar de todo o preconceito por eles terem assumido a homossexualidade.

Nunca percebi que os dois poderiam ser homossexuais, quando crianças. Nenhum dos dois me contou diretamente, eu descobri.

No caso do Cleilson, uma menina um dia veio aqui e pediu para falar com ele. Ficaram ali dentro mais de uma hora. De repente ela saiu chorando. Me falou que se declarou, mas ele disse que não gostava de meninas, gostava de homens. Tinha 17 anos.

“Não sinto atração por mulheres, mãe”, ele me dizia assim desde então.

Nunca rejeitei meus filhos, sempre tive muito carinho por eles. O que vamos fazer, matá-los pela opção que escolheram seguir?

Meu ex-marido foi embora faz 20 anos. Ele sempre teve uma relação distante com os filhos, mas anos depois uma colega me disse que ouviu da boca dele que iria embora porque dois dos filhos estavam virando ‘baitolas’.

MORTES

Eu tive dez filhos. Três já morreram. Além de Cleilson e do Alisson, perdi uma garotinha quando ainda era pequena. Tenho 23 netos e três bisnetos. A família é grande, mas agora tenho um vazio.

Meu filho estava debaixo de umas árvores, que ficam aqui no fim da rua, depois do almoço. Pegaram ele lá e levaram para o Bom Jardim [bairro distante 4 km do Conjunto Ceará]. É um bairro bonito, mas falam que está muito perigoso. Muito.

Estava em casa, quando um homem chegou e pediu para ver uma foto do Cleilson. Mostrei, ele disse que não era o homem morto no Bom Jardim, mas vi que ele mentia. Depois ele cochichou com os vizinhos e eu soube.

Me dói que eu não estava lá. Falam que ele pedia por mim, que ele pedia água. Os moradores do local onde ele morreu se esconderam nas casas, mas ligaram para a polícia, que chegou só tempos depois, e porque os moradores diziam que os bandidos ateariam fogo no corpo.

Eles atiraram pedra no meu filho, chutaram, bateram. O caixão precisou ficar fechado no velório e no enterro, ele estava desfigurado.

MENTIRAS

Não vi todo o vídeo, só uma cena, quando participei de um programa [de TV em São Paulo]. Ouvi muitas mentiras, de que meu filho tinha dívida por droga, de que havia brigado. Meu filho vendia roupas usadas para me ajudar, e dizia que o sonho era poder ter dinheiro para terminar essa casa. Morreu por ódio e preconceito.

Foi ainda mais dor para enterrá-lo. O único lugar inicialmente que teríamos para enterrá-lo era num cemitério no Bom Jardim, justamente no bairro em que ele morreu.

Quando o Alisson se foi, o [jazigo] que temos em Antônio Bezerra [bairro da zona oeste de Fortaleza] já estava cheio, então tivemos que enterrá-lo em um emprestado lá no Bom Jardim.

O Alisson continua lá, vai ficar mais três anos até eu poder tirá-lo. Mas o Cleilson não queria colocar lá. Conseguimos dinheiro emprestado, R\$ 1.500, para enterrá-lo em um cemitério novo. Seria horrível ter que voltar ao Bom Jardim toda vez que quisesse visitar meu filho.

Espero Justiça, que todos que fizeram mal ao meu filho paguem por isso. E que seja algo que faça as autoridades olharem mais para o preconceito e o

ódio. O pior é o ódio que sentiam pelo meu filho. O que ele fez para merecer morrer desse jeito?

Depoimento a

Marcel Rizzo

Colaboração para a Folha, em Fortaleza

Bem-vinda! Qual o seu gênero?, por Jaqueline de Jesus

Transexual? Crossdresser? Drag Queen? Muitos termos nos definem, e explicamos todos aqui

[\(AzMina, 14/02/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Este artigo é um trecho do livro “Você já é feminista: abra este livro e descubra o porquê”. Se quiser ler mais, ele está à venda [aqui](#).

Cada um(a) de nós é uma pessoa única, mas que tem características comuns a toda a humanidade. Elas nos identificam com alguns e nos tornam diferentes de outros, como a região em que nascemos e crescemos, nossa raça, classe social, se temos ou não uma religião, idade, nossas habilidades físicas, entre outras que marcam a diversidade humana.

Relembre da sua formação pessoal: desde criança você foi ensinado(a) a agir e a ter uma determinada aparência, de acordo com o seu sexo biológico.

Crescemos sendo ensinados que “homens são assim e mulheres são assado”, porque “é da sua natureza”, e costumamos realmente observar isso na sociedade.

O fato, entretanto, é que essas diferenças são construídas socialmente. Como as influências sociais não são totalmente visíveis, parece para nós que as

diferenças entre homens e mulheres são “naturais”, totalmente biológicas, quando, na verdade, boa parte delas é influenciada pelo convívio social.

Além disso, a sociedade em que vivemos dissemina a crença de que os órgãos genitais definem se uma pessoa é homem ou mulher. Porém, a construção da nossa identificação como homens ou como mulheres não é um fato biológico, é social.

Mulheres de países nórdicos têm características que, para nossa cultura, são tidas como masculinas. Ser masculino no Brasil é diferente do que é ser masculino no Japão ou mesmo na Argentina. Há culturas para as quais não é o órgão genital que define o sexo.

Ao contrário da crença comum hoje em dia, adotada por algumas vertentes científicas, entende-se que a vivência de um gênero (social, cultural) discordante com o que se esperaria de alguém de um determinado sexo (biológico) é uma questão de identidade, e não um transtorno.

Esse é o caso das pessoas conhecidas como travestis, e das transexuais, que são tratadas, coletivamente, como parte do grupo que alguns chamam de “transgênero”, ou mais popularmente, trans.

Muitas pessoas ainda têm dúvidas quando o assunto são os muitos gêneros. Por isso fiz esse pequeno guia inclusivo:

Transexuais

Pessoas transexuais geralmente sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem “corrigir” isso adequando seu corpo à imagem de gênero que têm de si. Algumas delas se submetem a uma cirurgia de transgenitalização — adequação cirúrgica do órgão genital à imagem que a pessoa tem dele — mas outras não. Ao contrário do que se costuma pensar, o que determina a identidade de gênero transexual é a forma como as pessoas se identificam, e não um procedimento cirúrgico. Em decorrência disso, muitas pessoas que hoje se reconhecem ou são taxadas como travestis seriam, em teoria, transexuais.

Travestis

O termo “travesti” é antigo, muito anterior ao conceito de “transexual”, e por isso muito mais utilizado e consolidado em nossa linguagem, quase sempre em um sentido pejorativo.

Entende-se, nesta perspectiva, que são travestis as pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero. É importante ressaltar que a maioria das travestis, independentemente da forma como se reconhecem, preferem ser tratadas no feminino, considerando insultoso serem adjetivadas no masculino.

Crossdressers

Se refere a homens heterossexuais que não buscam reconhecimento e tratamento de gênero (não são transexuais), mas tem prazer ao se vestirem como mulheres temporariamente.

A vivência do crossdresser geralmente é doméstica, com ou sem o apoio de suas companheiras, têm satisfação emocional ou sexual momentânea em se vestirem como mulheres, diferentemente das travestis, que vivem integralmente de forma feminina.

Drag queen/king, transformista

Artistas que fazem uso de feminilidade estereotipada e exacerbada em apresentações são conhecidos como drag queens, homens fantasiados como mulheres. No mesmo sentido, mulheres caracterizadas de forma caricata como homens são drag kings. Drag queens/king vivenciam a inversão do gênero como diversão, entretenimento e espetáculo, não como identidade.

Cisgênero

Chamamos de cisgênero, ou de “cis”, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento. Denominamos as pessoas não-cisgênero, as que não são identificam com o gênero que lhes foi determinado, como transgênero, ou trans.

Gênero e orientação sexual - um esclarecimento

Gênero se refere a formas de se identificar e ser identificada como homem ou como mulher. Orientação sexual se refere à atração afetivossexual por alguém de algum/ns gênero/s. Uma dimensão não depende da outra, não há uma norma de orientação sexual em função do gênero das pessoas.

Tal qual as demais pessoas, uma pessoa trans pode ser bissexual, heterossexual ou homossexual, dependendo do gênero que adota e do gênero com relação ao qual se atrai afetivossexualmente: mulheres transexuais que se atraem por homens são heterossexuais; homens transexuais que se atraem por mulheres também o são, por exemplo.

** Você sabia que pode reproduzir tudo que AzMina faz gratuitamente no seu site, desde que dê os créditos? Saiba mais [aqui](#).*

Homofobia mata uma pessoa a cada 25 horas; Norte tem maior índice

Foram mortas, em 2016, 343 pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais (LGBT) no Brasil — um recorde levantado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) nos 37 anos em que compila anualmente o número de vítimas fatais da homofobia. Isto que significa que, aproximadamente a cada 25 horas, pelo menos uma pessoa com estas orientações sexuais é assassinada no país, conforme adiantou a coluna de Ancelmo Gois. E o GGB alerta: a falta de registros ainda é um grave problema no Brasil, que ainda carece de registros centralizados e oficiais do tipo, portanto a realidade possivelmente é muito mais dramática.

[\(O Globo, 24/01/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Em 2000, foram registrados 130 homicídios; e em 2010, 260. Uma outra

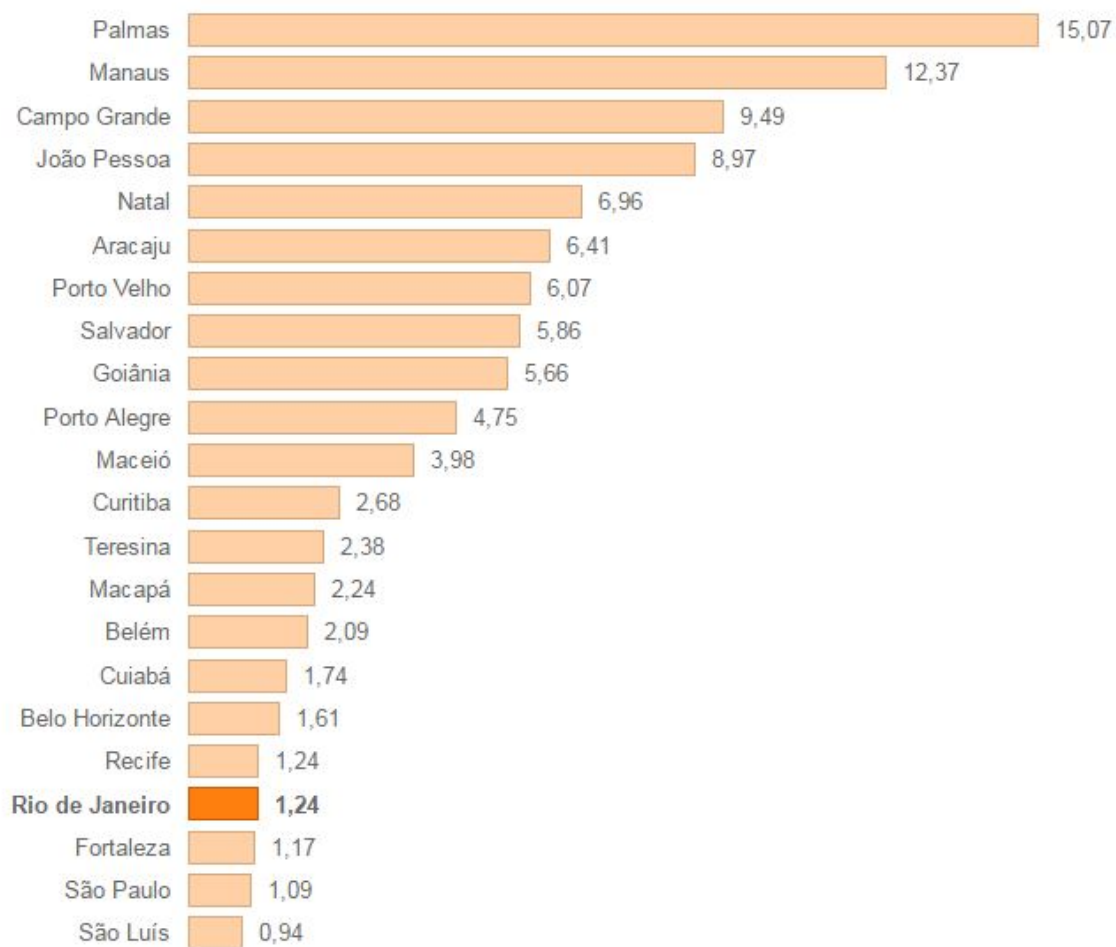
virada na tendência nos últimos anos ocorre a nível regional: o Norte vem liderando o número de assassinatos por habitantes, tirando a triste liderança de décadas da região Nordeste. Em 2016, foram computados 3,02 homicídios a cada um milhão de habitantes no Norte, seguido pelo Centro-Oeste (2,56), Nordeste (1,94), Sul (1,24) e Sudeste (1,19). Em números absolutos a nível estadual, estão na frente São Paulo (49 assassinatos), Bahia (32), Rio de Janeiro (30) e Amazonas (28).

Os autores do levantamento, baseado na compilação de casos a partir de buscas na internet e veiculação na mídia, destacam que foram documentados assassinatos em 168 municípios brasileiros — apesar da predominância em capitais, porém, os crimes não respeitam as fronteiras entre áreas urbanas e rurais, marcando cidades pequenas como Piranguinho (MG) e Bom Lugar (MA).

Homenageado no estudo, o jovem Itaberli Lozano, de 17 anos, foi morto pela mãe no final de dezembro justamente em uma cidade do interior: em Cravinhos, no estado de São Paulo. Ela confessou o crime e, enquanto o Ministério Público entende o crime como homofobia, a Polícia Civil sustenta a tese de um conflito familiar. Apesar da divergência na Justiça, um tio paterno de Itaberli declarou que a mãe não aceitava a homossexualidade do jovem, e amigos de Itaberli entregaram aos investigadores uma postagem de dezembro no Facebook em que ele relata ter sido agredido pela mulher.

Vítimas LGBT nas capitais

Taxa para cada um milhão de pessoas em 2016

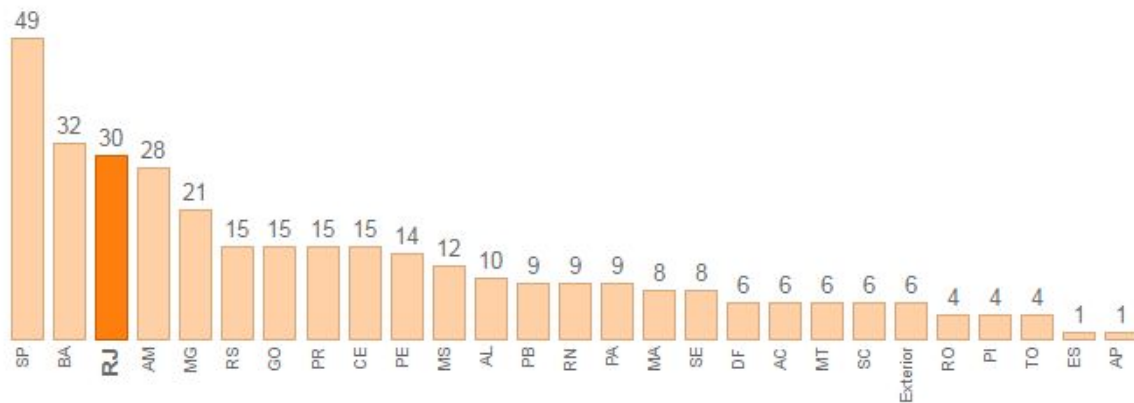


* Capitais não incluídas não tiveram registro de assassinatos

Fonte: Grupo Gay da Bahia / Assassinatos de LGBT no Brasil (Relatório 2016)

O GLOBO

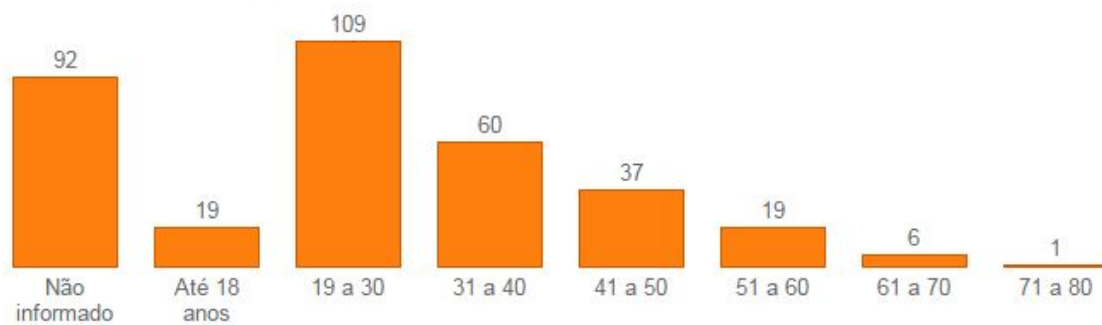
Vítimas LGBT por estado em 2016



Fonte: Grupo Gay da Bahia / Assassinatos de LGBT no Brasil (Relatório 2016)

O GLOBO

Vítimas LGBT por faixa etária em 2016

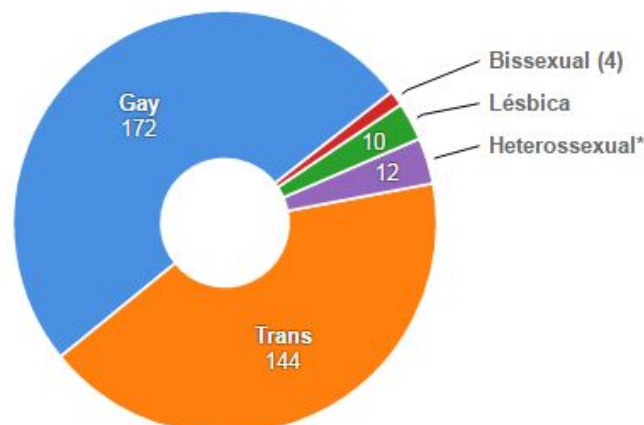


Fonte: Grupo Gay da Bahia / Assassinatos de LGBT no Brasil (Relatório 2016)

O GLOBO

Vítimas por segmento LGBT

No Brasil em 2016



*Inclui parentes e conhecidos de pessoas LGBT assassinados por algum envolvimento com a vítima

Fonte: Grupo Gay da Bahia / Assassinatos de LGBT no Brasil (Relatório 2016)

O GLOBO

Itaberli era gay, grupo que corresponde a 50% dos homicídios registrados em 2016; travestis e transexuais foram 42%; e lésbicas, 3%. O levantamento inclui também heterossexuais mortos (4%) em circunstâncias ligadas à proximidade com pessoas LGBT, como o ambulante Luiz Carlos Ruas, morto no dia do Natal em uma estação do metrô de São Paulo após defender um homossexual e uma travesti de agressores.

Quanto à cor, os autores do levantamento destacam que as vítimas destoam do perfil demográfico do Brasil: 64% eram brancos e 36% negros.

O GGB destaca, porém, que a subnotificação dos assassinatos é grande — e reflete uma falha dos governos no monitoramento destes crimes.

— Desde a década de 70 percebi que era vital documentar os assassinatos de pessoas LBGT, que é o máximo da homofobia. Sempre insistimos que os governos se encarreguem de um banco de dados, como acontece em outros países como os Estados Unidos. A única vez que isso foi feito, em 2012, foi incompleto e sem continuidade. Então continuamos com três pessoas fazendo esse trabalho, sem apoio financeiro — destaca o antropólogo Luiz Mott, um dos autores do levantamento e responsável pelo site “Quem a homofobia matou hoje”.

Outro sintoma do que o grupo chama de “homofobia institucional” é o dado de que apenas 10% dos casos registrados em 2016 levaram à abertura de um processo judicial. “Quando há testemunhas, muitas vezes estas se recusam a depor, devido ao preconceito anti-LGBT. Policiais, delegados e juízes manifestam sua homotransfobia ignorando tais crimes, negando sem justificativa plausível sua conotação homofóbica”, destaca o estudo.

— Todos viraram criminólogos. Dizem que não é homofobia, é gay matando gay, ou que os heterossexuais morrem muito mais. A homossexualidade é uma vulnerabilidade acrescida — aponta Mott. — Me surpreende a Dilma e o Temer não terem mobilizado seus aliados para encaminhar um projeto que equipare a homofobia ao racismo. Não queremos privilégios: queremos direitos iguais, nem menos, nem mais. Hoje, o racismo é crime inafiançável. Para a homofobia, é preciso depender da boa vontade do delegado ou do juiz.

Mulheres trans superam rótulos e abrem as portas da política e das universidades no Brasil

Apesar de ainda enfrentar preconceitos, grupo conquista áreas de “privilegio” na sociedade

[\(R7, 22/11/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Durante dez meses, Amara Moira, 31 anos, pagou o crediário de uma loja de departamento onde renovou o guarda-roupa — todas as peças foram compradas, pela primeira vez, na seção feminina. Era o início de sua transição de gênero, do uso de um novo nome e da construção de uma imagem diferente. Nessa época, Amara já estava em seu doutorado na Unicamp, em Campinas, interior paulista, e um dia chegou à universidade usando algumas dessas novas peças que ela adquiriu. Foi para a aula com uma calça jeans, tênis rosa e uma blusa do Bob Esponja. Com a nova identidade e aparência, gerou uma “dúvida”.

— Uma das primeiras frases que eu ouvi [na universidade] foi: nossa, vai virar prostituta? E eu estava com tênis, uma calça jeans... não é bem a imagem de uma prostituta, mas bastou me ver como travesti para imediatamente me entender como prostituta porque é só assim que se consegue ver travestis. Se você é travesti, necessariamente você tem alguma relação com prostituição.

E este é um dos estigmas que acompanha as mulheres trans. Muitas vezes expulsas de casa pela família, elas acabam marginalizadas. Para estudar, encontram dificuldade para arranjar um emprego e acabam empurradas para a prostituição por falta de outras possibilidades. No entanto, nos últimos anos, a presença de mulheres trans em áreas consideradas privilegiadas da sociedade, como a política — em 2016, ao

menos 97 pessoas trans concorreram às eleições municipais e dez foram eleitas, segundo levantamento realizado pela Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). A universidade também começa a mostrar que esse destino pode ser bem diferente.

Amara é uma dessas mulheres. Ela se candidatou à Câmara Municipal de Campinas neste ano e faz doutorado na Unicamp. E foi na universidade que seu processo de transição aconteceu.

— Uma parte dos meus privilégios foi fazer transição em um espaço que já conhecia o mundo trans, uma universidade onde tinha figuras que colocaram o debate em evidência. Tive amigas que largaram o curso na USP e eu não. Eu tinha um ambiente disposto a me deixar existir. Eu estava no final do mestrado, tinha uma bolsa de estudos garantida por quatro anos, estabilidade financeira e isso fazia com que eu me colocasse de uma outra forma.

Na Unicamp, quem abriu caminho para Amara foi Beatriz Pagliarini Bagagli. Ela entrou na universidade em 2011, no começo de sua transição. Na época, ela era a única mulher trans da instituição.

— Mulher trans eu sempre fui, eu já entrei sabendo que queria transicionar, e foi a partir desse primeiro ano da Unicamp que eu pude afirmar minha identidade. Pode ser mais fácil [fazer a transição na universidade], mas depende se você tem onde morar, se você tem dinheiro suficiente pra se manter, apoio familiar e etc... então eu acho que a universidade oferece boas oportunidades, mas é tudo relativo. Eu me senti bem recebida quando entrei. Mas sei que não posso generalizar essa minha experiência para demais pessoas, já que infelizmente a universidade ainda continua muito excludente contra pessoas trans. Por mais que eu tenha sido bem recebida, eu não fui recebida por nenhuma pessoa trans, ou seja, estava sozinha num mundo cis.

Beatriz fez a graduação em letras na Unicamp e voltou à instituição para o curso de estudos literários. Na última semana, foi aprovada no programa de mestrado em linguística da universidade. Além disso, ela é uma das fundadoras do coletivo TransTornar, que conta com cerca de dez alunos trans. Mesmo com o número ainda pequeno, ela considera importante essa

representatividade.

— É importante porque a universidade é um espaço que representa ascensão social e diversas oportunidades importantes na vida de qualquer pessoa. É importante também porque isso impacta no tipo de conhecimento que é produzido sobre nós — e agora, para nós, feito por nós, e não apenas sobre. O feminismo já vem discutindo isso, sobre a questão de saberes das minorias e a partir do momento em que uma minoria acessa a universidade, ela tem muito a oferecer sobre novas questões e novas formas de conhecer as mesmas questões de forma crítica.

Dodi Leal, 32 anos, é a primeira doutoranda trans na psicologia da USP. A transição começou há seis meses e a universidade foi importante para impulsionar essa mudança.

— Entrei no doutorado para fazer pesquisa sobre travestis na psicologia. Ao longo do percurso, fui entendendo quem eu era e agora me vejo como uma mulher trans e isso tem sido muito desafiador.

Para Dodi, a presença de pessoas trans em ambientes como esse ajuda a mostrar que há outras possibilidades de vida para essa população.

— A universidade representa uma ascensão, uma mobilidade de classe então existe uma condição de estrutura e reconhecimento diferenciado. A gente se apoia nessa nova condição para ter mais força para se afirmar. A sociedade tem o estigma com a pessoa trans e acha que ela ou vai ser puta ou cabeleireira, que são profissões com dignidade, mas lida como se qualquer pessoa trans fosse para esse caminho e esse estigma vai empurrando as pessoas para isso. Então, ao entrar em uma universidade, a gente tem condição de se afirmar pela profissão.

Mesmo assim, Dodi conta que algumas questões são complicadas. Além do doutorado na USP — onde já conseguiu alterar seu gênero na secretaria sem dificuldade — Dodi é coordenadora de pesquisa-ação na secretaria da cultura e dá aula de contabilidade em um curso de MBA de uma universidade particular. Nesta última atividade, Dodi - que é formada em contabilidade e artes cênicas e tem mestrado em contabilidade - ainda não é tratada no

feminino como nos outros ambientes em que já conquistou esse reconhecimento.

— Lá eu vou mais andrógena...o cabelo meio preso, uma blusa decotada, não vou de unha pintada ainda e me tratam no masculino. Me incomoda um pouco não só por que me tratam no masculino, mas por eu abrir essa exceção. Eu queria já resolver tudo de uma vez, mas não quero perder o trabalho. Se eu soubesse que não ia ser demitida eu falaria, mas ainda não sinto essa segurança.

Dodi dá aula na instituição há cinco anos e disse que já recebeu convite para continuar na universidade no ano que vem, mas teme a reação da direção e também dos alunos.

— É uma universidade privada, lida com executivos e vou estar desbravando duas frentes [...] a faculdade e o meio empresarial. E eu quero continuar lá, eu quero construir junto. Então vou ver como lidar.

Esse tipo de situação mostra que, apesar do espaço conquistado por essas mulheres, há muitos desafios pela frente. Beatriz acredita que a sociedade ainda não está preparada para receber pessoas trans.

— Não está e não é apenas a universidade, já que a universidade não existe apartada da sociedade. É a sociedade como um todo que não está preparada para receber pessoas trans. Mas eu consigo ver mudanças positivas nesses últimos cinco anos: nome social no Enem e em escolas, cursinhos preparatórios para pessoas trans, programa transcidadania na cidade de São Paulo, expectativa de pessoas trans de ingressarem na universidade por conta dessas iniciativas.

Política

Outro espaço que começa a ter mais presença e representatividade de pessoas trans é a política. Neste ano, foram ao menos 97 candidaturas — sendo duas para prefeitas e as demais para Câmara dos Vereadores — com dez eleitos. São Paulo, com 24 candidaturas, é o Estado que apresenta o maior número, seguidos pelo Rio Grande do Sul e Minas Gerais com nove candidaturas cada, e Bahia com oito candidaturas.

Keila Simpson, presidente da Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), acredita que o número é positivo, apesar de ainda não haver um comparativo com eleições passadas.

— Isso foi o que conseguimos mapear, mas acreditamos que pode ter muito mais. Acho que pela primeira vez a gente de fato tem exata noção de que a pessoa trans está tomando uma responsabilidade que também é dela. A gente fica refém da política e da politicagem e a gente precisa adentrar para brigar e trabalhar para sermos reconhecidas.

Amara Moira foi uma das candidatas por São Paulo. Ela saiu a vereadora pelo PSOL em Campinas e teve 1.020 votos e considerou o resultado positivo, mesmo sem ter sido eleita.

— A questão nunca foi me colocar para ganhar, era mais usar o debate eleitoral como uma forma de trazer as pautas que eu já carregava antes da candidatura. A minha pauta era uma Campinas seguras para mulheres LGBTs.

Para Amara, apesar da boa repercussão da sua candidatura e da presença e eleição de pessoas trans pelo Brasil, a política também não está preparada para receber pessoas trans.

— Com certeza não está pronta e é por isso que a gente precisa estar nesses espaços porque se a gente não estiver lá, a [política] nunca vai estar preparada para nos respeitar e nos tratar como iguais e ver que somos capazes de participar do processo de decisão política.